

Plano de Recuperação e Saída Organizada - 2025

Resolução BCB nº 440/2024
Resolução CMN nº 5.187/2024

Seção Pública

SUMÁRIO

1.	Introdução.....	3
2.	Perfil Organizacional.....	3
2.1.	Visão Geral -----	3
2.2.	Linhas de Negócios Principais e Serviços Essenciais -----	3
2.3.	Funções Críticas e Serviços Críticos-----	4
3.	Estrutura de Suporte	4
3.1.	Sistemas de Informações Gerenciais -----	4
3.2.	Programa de Monitoramento-----	5
4.	Governança	6
4.1.	Responsabilidade sobre o Plano de Recuperação e Saída Organizada -----	6
4.2.	Estrutura de Governança-----	6
5.	Estratégias de Recuperação e de Resolução	8
5.1.	Desenvolvimento de Cenários de Estresse -----	8
5.2.	Estratégias de Recuperação e de Resolução -----	9
6.	Conclusão	11
7.	Referências Bibliográficas	12

Índice de figuras

Figura 1 – Arcabouço de indicadores -----	5
Figura 2 – Estrutura de Governança Corporativa -----	6
Figura 3 – Estrutura de Governança do Plano de Recuperação e Saída Organizada -----	7
Figura 4 – Processo de definição dos Cenários de Estresse -----	9
Figura 5 – Processo de definição das Estratégias de Recuperação e de Resolução -----	10

1. Introdução

No Brasil, a normatização do Plano de Recuperação e Saída Organizada publicada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) por meio das Resoluções CMN nº 5.187/2024 e BCB nº 440/2024, dispõe sobre o processo de planejamento da recuperação e da resolução de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O objetivo do Plano de Recuperação e Saída Organizada, cujo escopo alcança as entidades do Conglomerado Prudencial, é avaliar se as opções disponíveis da Instituição para enfrentar uma crise são suficientemente consistentes para fazer frente a uma série de choques de diferentes naturezas. Para que as respostas sejam mais adequadas e tempestivas às eventuais crises, estas devem ser detectadas ou antecipadas pelo monitoramento dos diversos negócios e riscos a que a Instituição possa estar sujeita.

2. Perfil Organizacional

2.1. Visão Geral

O BB é uma empresa de economia mista, controlada pela União, e integra o Novo Mercado, segmento da B3 que reúne as companhias com as melhores práticas em governança corporativa. O desempenho nos aspectos social, ambiental e climático é atestado pela presença no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, no Índice *FTSE4Good* da Bolsa de Valores de Londres e no Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Nova Iorque.

As operações do Banco estão divididas basicamente em cinco segmentos: a) Bancário; b) Investimentos; c) Gestão de Recursos; d) Seguridade (seguros, previdência e capitalização); e e) Meios de Pagamento.

Em dezembro/24, com 86,6 mil funcionários e 85,8 milhões de clientes, o Banco do Brasil apresenta 16,1% de participação no mercado de crédito, R\$ 2.434 bilhões de ativos, R\$ 1.655 bilhões de recursos de terceiros sob gestão e R\$ 1.144 bilhões em captações comerciais.

O Banco está presente na maioria dos municípios, em dezembro/24, com 51,8 mil pontos de atendimento, sendo 3.997 agências.

Além da rede física, o Banco possui plataformas digitais que ganham cada vez mais relevância, agilizando e facilitando o acesso a uma ampla gama de produtos e serviços. Com as novas tendências de comportamento, o *mobile* e o *internet banking* representaram 93,8% do total de transações em dezembro/24.

2.2. Linhas de Negócios Principais e Serviços Essenciais

Linhas de Negócios Principais

A Resolução CMN nº 5.187/2024, Art. 4º, diz que as Linhas de Negócios Principais são atividades imprescindíveis para a viabilidade do conglomerado prudencial ou do grupo econômico, em situação de normalidade, por serem fontes materiais de receita, de ganho de capital ou de valor de mercado.

Serviços Essenciais

Conforme dispõe a Resolução CMN nº 5.187/2024, Art. 4º, os Serviços Essenciais são serviços prestados para uma ou mais entidades abrangidas pelo escopo do planejamento da recuperação e da resolução, cuja paralisação prejudicaria o funcionamento de uma linha de negócio principal.

Avaliação das Linhas de Negócios Principais e Serviços Essenciais

A identificação das linhas de negócios principais e dos serviços essenciais foi feita a partir da análise das operações do Banco que são fontes de receitas ou de valor de mercado. Assim, os serviços essenciais estão representados pelas atividades/serviços que suportam as linhas de negócios principais.

2.3. Funções Críticas e Serviços Críticos

Funções Críticas

Conforme dispõe a Resolução CMN nº 5.187/2024, Art. 4º, Funções Críticas são atividades executadas pelas entidades abrangidas pelo escopo do planejamento da recuperação e da resolução, conforme o art. 2º, parágrafo único, da referida resolução, para terceiros, cuja descontinuidade possa comprometer a estabilidade do SFN, do SPB ou da economia real, devido à dimensão de sua participação na oferta de mercado, às suas interconexões, à sua complexidade ou a outras situações que as impeçam de ser imediatamente substituídas pelo mercado.

Serviços Críticos

Conforme dispõe a Resolução CMN nº 5.187/2024, Art.4º, Serviços Críticos são serviços prestados para uma entidade, cuja paralisação levaria à incapacidade de executar funções críticas.

A falha ou mau funcionamento repentino e desordenado de tais serviços, podem levar ao colapso ou ao grave impedimento das Funções Críticas e da própria Instituição.

Avaliação da Criticidade e Definição das Funções Críticas e Serviços Críticos

Com o objetivo de obter maior grau de confiabilidade na definição das Funções Críticas do Banco do Brasil, foram aplicadas metodologias para a avaliação da criticidade de cada potencial função, sob aspectos quantitativos e qualitativos.

Quanto aos aspectos quantitativos, foram avaliados os negócios do Banco, considerando seus impactos nas perspectivas Economia, Sistema Financeiro Nacional (SFN) e Banco do Brasil. Quanto à avaliação qualitativa, foram observados os direcionamentos e objetivos estratégicos contidos na estratégia do Banco, identificando o *core business*, os eventos e tendências estratégicas.

Por força da Seção II da Lei 4.595/1964 e de contratos firmados, o Banco do Brasil presta serviços para todo Sistema Financeiro Nacional (SFN), os quais foram considerados na análise e identificação de potenciais Funções Críticas e foram categorizados como “especializados” ou “fornecidos/prestados exclusivamente pelo Banco do Brasil”.

Os resultados das análises qualitativas e quantitativas indicaram os produtos ou serviços avaliados como Funções Críticas, as quais visam à manutenção da viabilidade, da estabilidade e do regular funcionamento da economia real.

Foram identificados os serviços que suportam cada Função Crítica do Banco do Brasil de forma direta e avaliado o compartilhamento e a interconectividade entre as Funções Críticas. Foram mapeados, também, os serviços com impacto indireto nas Funções Críticas, cuja descontinuidade possa comprometer a viabilidade do Banco.

3. Estrutura de Suporte

3.1. Sistemas de Informações Gerenciais

Em atendimento ao Art. 6º da Res. CMN 5187/24, o Banco do Brasil dispõe dos sistemas de informações gerenciais, exigidos no caput do referido artigo, para apoiar as decisões dos gestores sobre a implementação das estratégias e medidas previstas no PRSO da Instituição.

O Banco dispõe de área específica que realiza avaliações econômico-financeiras (*valuation*) dos negócios e das entidades ligadas do Banco do Brasil.

O processo Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) do Banco do Brasil tem objetivo de preparar a Instituição para eventuais situações de interrupção operacional em seus processos mais críticos, sendo um dos componentes do conjunto de mecanismos de proteção e de recuperação das Funções e Serviços Críticos definidos pelo Banco, visando a

continuidade das atividades, operações e serviços, de forma a não comprometer a sua viabilidade.

3.2. Programa de Monitoramento

Arcabouço de Indicadores

Após estudos dos requisitos internacionais e melhores práticas da indústria bancária, observou-se que o arcabouço de indicadores adotado pelas Instituições inclui os Indicadores de Recuperação, os Indicadores de Deterioração (*Early Warning Indicators - EWI*) e os Indicadores de Resolução.

A principal finalidade dos Indicadores de Deterioração (ID) é identificar a deterioração dos negócios ou a materialização dos riscos, bem como apoiar o processo de decisão sobre a ação de gestão mais apropriada. Uma estrutura robusta de ID permite monitorar e fornecer sinais de que um Indicador de recuperação possa ser rompido no futuro.

Já os Indicadores de Recuperação determinam o momento em que se começa a considerar uma situação como severa e a decidir pela melhor opção de recuperação disponível que supere a crise apresentada. Dados os diversos tipos de crises, os indicadores de recuperação não ativam automaticamente uma opção de recuperação específica, mas permitem identificar precocemente a melhor forma de executar o Plano de Recuperação e Saída Organizada.

O atingimento dos *triggers* (níveis) dos indicadores de recuperação inicia o processo de decisão na Alta Administração sobre a execução do Plano de Recuperação e Saída Organizada.

No entanto, quando constatada a inviabilidade ou a perspectiva de inviabilidade da instituição, configura-se um contexto não mais de recuperação, mas sim de resolução, em que a instituição sai do mercado ou dele é retirada pelo BCB.

O Banco do Brasil definiu seu arcabouço de indicadores baseado nesse conceito, conforme demonstrado na figura a seguir:

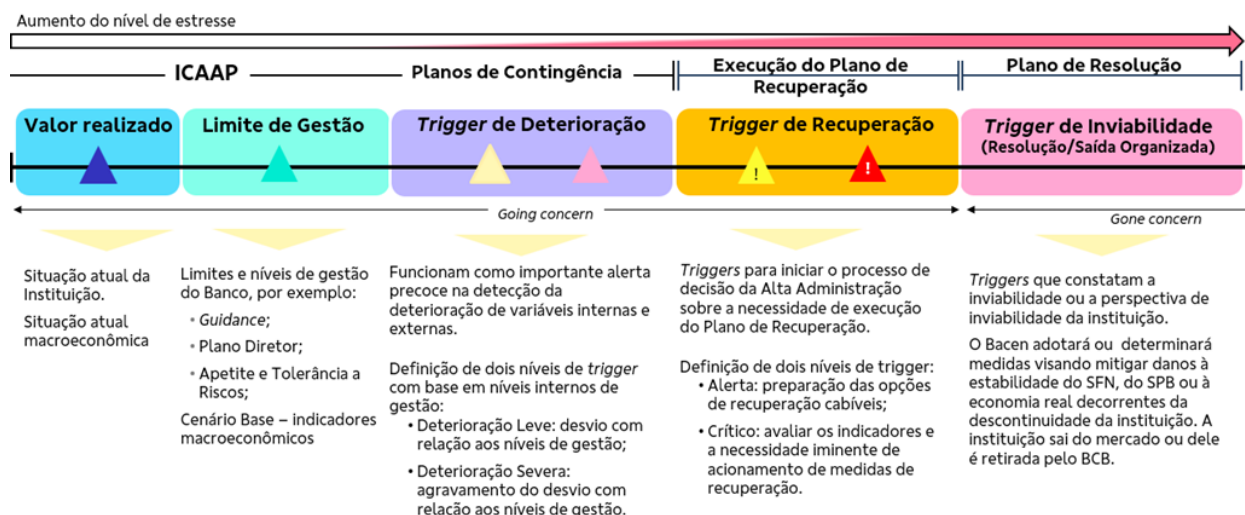


Figura 1 – Arcabouço de indicadores

Para subsidiar o mapeamento dos indicadores, foram identificados, preliminarmente, aqueles já utilizados na gestão do Banco do Brasil, tendo como referência as categorias determinadas pelo Regulador.

Definição dos Indicadores de Deterioração, Recuperação e Resolução

Consoante ao mapeamento dos indicadores e aos critérios considerados, foi definido conjunto de indicadores, dentre prospectivos e retrospectivos. Os ID definidos foram

agrupados em oito categorias, relacionadas a seguir, e são monitorados observando-se os níveis de gestão, deterioração leve e deterioração severa:

- a) Capital;
- b) Liquidez;
- c) Resultado;
- d) Reputação;
- e) Qualidade do Crédito;
- f) Fontes de Captação;
- g) Risco Legal e Contágio; e
- h) Macroeconomia.

Considerando a estrutura legal, a natureza das operações, a complexidade dos negócios e o perfil de risco do Banco do Brasil, foram definidos os Indicadores de Recuperação e de Resolução a partir das quatro categorias relacionadas a seguir, em cujo monitoramento se observam os níveis de gestão, alerta, crítico e de inviabilidade:

- a) Capital;
- b) Liquidez;
- c) Resultado; e
- d) Qualidade do Crédito.

4. Governança

4.1. Responsabilidade sobre o Plano de Recuperação e Saída Organizada

No Banco do Brasil (BB), o Diretor de Gestão de Riscos (Diris) é o responsável pelo atendimento aos requisitos do Plano de Recuperação e Saída Organizada, estabelecidos nas Resoluções CMN nº 5.187/2024 e BCB nº 440/2024.

4.2. Estrutura de Governança

Na estrutura de governança corporativa do BB estão presentes:

- a) o Conselho de Administração (CA), assessorado pelo Comitê de Auditoria (Coaud), pelo Comitê de Pessoas, Remuneração e Elegibilidade (Corem), pelo Comitê de Riscos e de Capital (Coris), pelo Comitê de Tecnologia e Inovação (Cotei), pelo Comitê de Sustentabilidade Empresarial (Cosem), pela Auditoria Interna (Audit) e Auditoria Independente;
- b) o Conselho Fiscal (CF);
- c) a Diretoria Executiva (Direx), composta pelo Conselho Diretor (CD) - formado pela Presidente e Vice-Presidentes - e pelos Diretores.¹

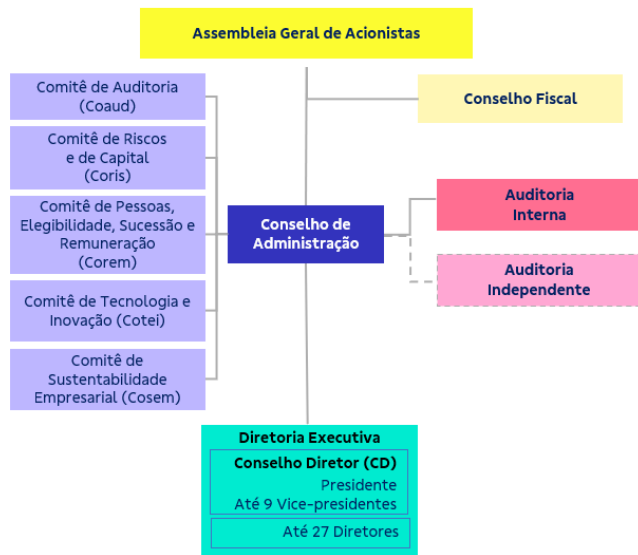


Figura 2 - Estrutura de Governança Corporativa

¹ Privativo de empregado da ativa do BB conforme Estatuto Social, Art. 24, observada a exceção definida no Art. 64.

As decisões são comunicadas às áreas intervenientes por meio de documentos que expressam objetivamente o posicionamento tomado pela Administração, garantindo a sua aplicação em todos os níveis do Banco.

Governança do Plano de Recuperação e Saída Organizada e Saída Organizada

O modelo de governança para o Plano de Recuperação e Saída Organizada envolve estrutura de comitês executivos, com composição de diversas áreas do Banco, tendo participação da Presidente, dos Vice-Presidentes e de executivos-chave do Banco.

O Art. 18 da Resolução CMN nº 5.187/2024 determina que a diretoria e o CA devem:

- garantir a tempestiva identificação dos responsáveis pela execução das estratégias e das medidas do PRSO;
- ter compreensão abrangente e integrada das linhas de negócios principais e dos serviços essenciais, das funções críticas e dos serviços críticos, dos indicadores e de outras informações constantes do programa de monitoramento, dos cenários de estresse, das estratégias de recuperação, das estratégias de resolução, do processo de autoavaliação da capacidade de recuperação e da resolubilidade, e das barreiras e dos riscos identificados à recuperação e à resolução; e
- assegurar a elaboração de estratégias de recuperação factíveis e eficazes, inclusive das que envolvam outras empresas integrantes do grupo econômico.

A referida Resolução menciona, em seu Art. 19, que a diretoria e o CA são responsáveis pela adoção das estratégias previstas no PRSO, exceto das que sejam executadas sob regime de resolução.

A estrutura de governança para o Plano de Recuperação e Saída Organizada e Saída Organizada tem o papel de preservar os princípios de responsabilidade corporativa e de transparência na execução do Plano, relacionando-se aos processos de tomadas de decisão para adoção, ou não, das estratégias de recuperação nele detalhadas.

A figura a seguir apresenta a estrutura de governança definida para o Plano de Recuperação e Saída Organizada.

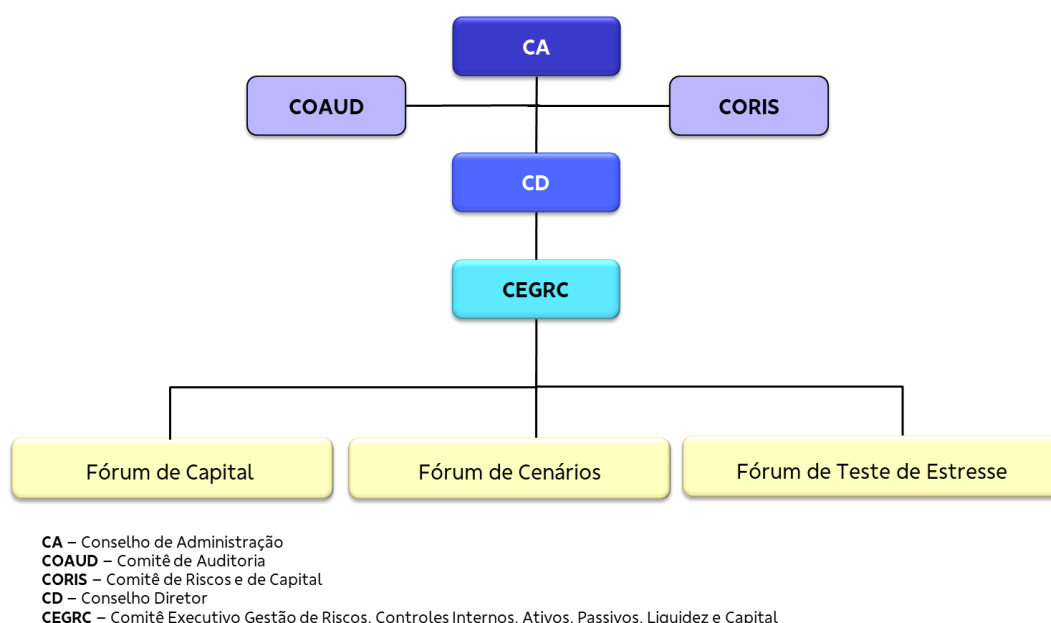


Figura 3 - Estrutura de Governança do Plano de Recuperação e Saída Organizada

Áreas Envolvidas no Plano de Recuperação e Saída Organizada

As áreas envolvidas no Plano de Recuperação e Saída Organizada do Banco do Brasil dividem-se em signatárias (proponentes), pareceristas, intervenientes e revisora.

As áreas proponentes e pareceristas do Plano de Recuperação e Saída Organizada têm como principais responsabilidades prospectar, articular com áreas intervenientes, desenvolver e propor definições adequadas para o Plano de Recuperação e Saída Organizada e Saída Organizada e são responsáveis pela suficiência e exatidão das informações apresentadas.

As áreas intervenientes no Plano de Recuperação e Saída Organizada têm relação com as definições das Funções Críticas, Serviços Críticos, Linhas de Negócios Principais e Serviços Essenciais, do Programa de Monitoramento e Cenários de Estresse, das Estratégias de Recuperação e do Plano de Comunicação. São áreas gestoras de produtos ou serviços ou áreas gestoras de indicadores definidos no Programa de Monitoramento ou, ainda, gestores de negócios considerados como opções estratégicas para recuperação. Portanto, a interveniência dessas áreas depende das definições efetuadas na elaboração e revisão do Plano de Recuperação e Saída Organizada do BB.

A Diretoria Controles Internos e *Compliance* (Dicoi) atua como área revisora.

5. Estratégias de Recuperação e de Resolução

5.1. Desenvolvimento de Cenários de Estresse

A Resolução CMN nº 5.187/2024, em seu Artigo 9º, define que os cenários de estresse devem ser abrangentes e contemplar eventos que possam ameaçar a continuidade dos negócios e a viabilidade da instituição. Os cenários de estresse devem ser relevantes para testar a adequação dos níveis críticos definidos no programa de monitoramento, a viabilidade e a eficácia das estratégias de recuperação e de resolução.

A descrição detalhada dos cenários de estresse do Plano de Recuperação e Saída Organizada desempenha papel fundamental, pois contribui na determinação da sua relevância e na avaliação de sua severidade, permitindo testar a credibilidade e a viabilidade da Instituição e das estratégias de recuperação.

O detalhamento dos cenários de estresse implica identificar efeitos de segunda ordem abrangentes. Ou seja, o desenho inicial do cenário deve considerar as consequências mais prováveis e inevitáveis, potenciais efeitos em cadeia, que poderiam gerar aumento da severidade do cenário.

O desenvolvimento de cenários é um processo iterativo para definir narrativas críveis e possíveis que conectem riscos relevantes enfrentados pelos negócios da instituição de forma coerente. A definição dos cenários de estresse deve ser pautada pela severidade do evento para a instituição.

Para o Plano de Recuperação e Saída Organizada devem ser considerados cenários de estresse sistêmicos e idiossincráticos, ou a combinação de ambos. Os cenários de estresse sistêmicos são associados à deterioração da economia ou do sistema financeiro, com o potencial de afetar de forma severa a Instituição. Já os cenários idiossincráticos são associados a eventos específicos da própria Instituição que podem afetar sua viabilidade, como por exemplo, fraudes internas, crises de reputação e rebaixamento de *rating*.

Considerando a referência mencionada, foi delineado processo de definição dos cenários de estresse, conforme figura a seguir:

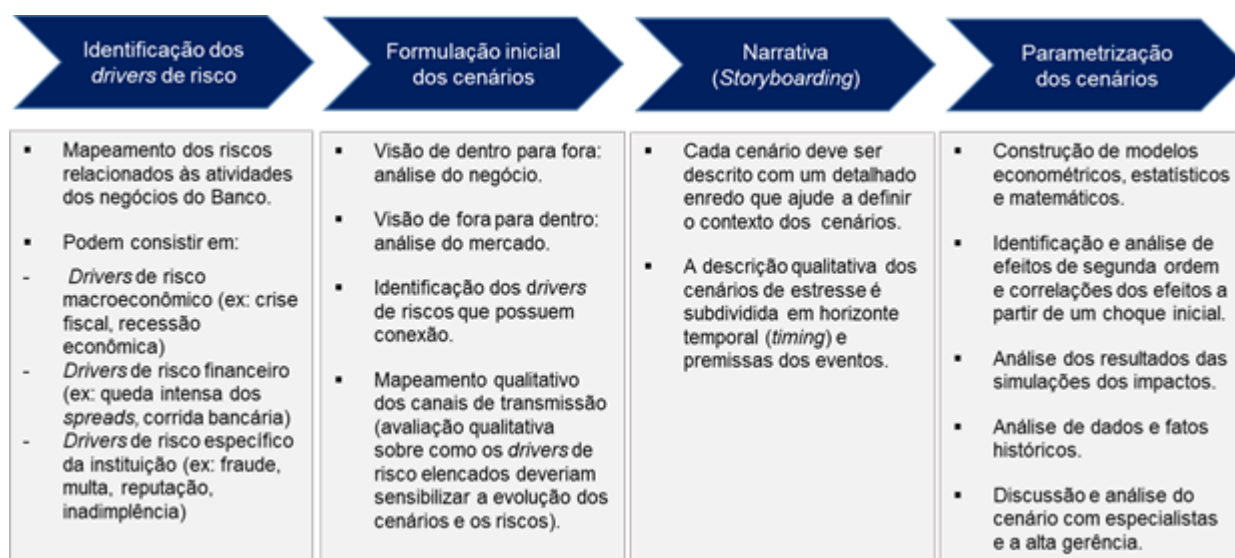


Figura 4 – Processo de definição dos Cenários de Estresse

Para subsidiar o mapeamento dos riscos relacionados aos negócios do Banco do Brasil, a identificação dos *drivers* de risco dos cenários de estresse foi embasada nos riscos e atividades realizadas pela instituição, considerando:

- a) Inventário de Riscos e do Conjunto Corporativo de Riscos Relevantes do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil;
- b) eventos históricos de riscos; e
- c) riscos inerentes aos negócios desempenhados pelo Banco.

No Fórum de Cenários do Banco do Brasil são discutidos os riscos e os *drivers* de risco da Instituição, com a participação das áreas de negócios, de riscos, de macroeconomia, de finanças, de capital, dentre outras. Para a formulação dos cenários são avaliados os negócios e a posição do Banco na indústria e no mercado, e consideradas as inter-relações entre os riscos, com o objetivo de permitir a aplicação dos cenários de forma consistente.

Para o Plano de Recuperação e Saída Organizada do Banco do Brasil foram definidos cenários de estresse, considerando eventos:

- a) históricos e hipotéticos;
- b) de curto, médio e de longo prazo; e
- c) idiossincráticos e sistêmicos.

Os testes de estresse foram realizados de forma integrada, contemplando os diversos riscos a que o Banco está exposto, hipóteses de desvalorização de seus ativos, de limitação da sua capacidade de captação, de deterioração de seus resultados e da sua situação de liquidez, ameaçando a continuidade dos negócios e a viabilidade do Banco.

5.2. Estratégias de Recuperação e de Resolução

Conforme dispõe a Resolução CMN nº 5.187/2024, Art. 11, deve ser avaliada a inclusão, no mínimo, das seguintes Estratégias de Recuperação:

- a) fortalecimento da situação de capital e de liquidez;
- b) alienação de ativos;
- c) refinanciamento de dívidas;
- d) reestruturação de passivos;
- e) acesso a suporte financeiro de entidades integrantes do mesmo grupo econômico, se houver;
- f) acesso a linhas de assistência financeira de liquidez, se houver, independentemente da natureza da fonte; e

- g) mudanças nas estruturas societária ou organizacional, na estratégia de atuação ou no modelo de negócio da instituição.

Referente às Estratégias de Resolução, o Art. 13 diz que a instituição deve prever um conjunto abrangente de estratégias de resolução, em resposta a diferentes cenários de estresse que levem à resolução, com vistas a garantir a continuidade operacional de suas funções críticas. A definição das estratégias de resolução deve considerar a avaliação, no mínimo, das seguintes medidas e a sua adoção antes ou no curso de um regime de resolução:

- i. capitalização da sociedade;
- ii. transferência do controle acionário;
- iii. transferência de ativos e passivos;
- iv. reorganização societária, inclusive mediante incorporação, fusão ou cisão; e
- v. desapropriação das ações do capital social.

Além disso, o Plano de Recuperação e Saída Organizada deve conter fundamentação da factibilidade e análise do impacto esperado da adoção de cada Estratégia de Recuperação individualmente e, quando for o caso, da adoção conjunta de mais de uma estratégia.

Devem ser identificados, também, eventuais barreiras à eficácia das estratégias de recuperação e os riscos associados à sua execução, bem como ações para eliminá-los ou mitigá-los.

Processo de Definição e Análise das Estratégias de Recuperação e de Resolução

Para subsidiar a definição das Estratégias de Recuperação e de Resolução do Banco do Brasil, foi delineado processo conforme figura a seguir:

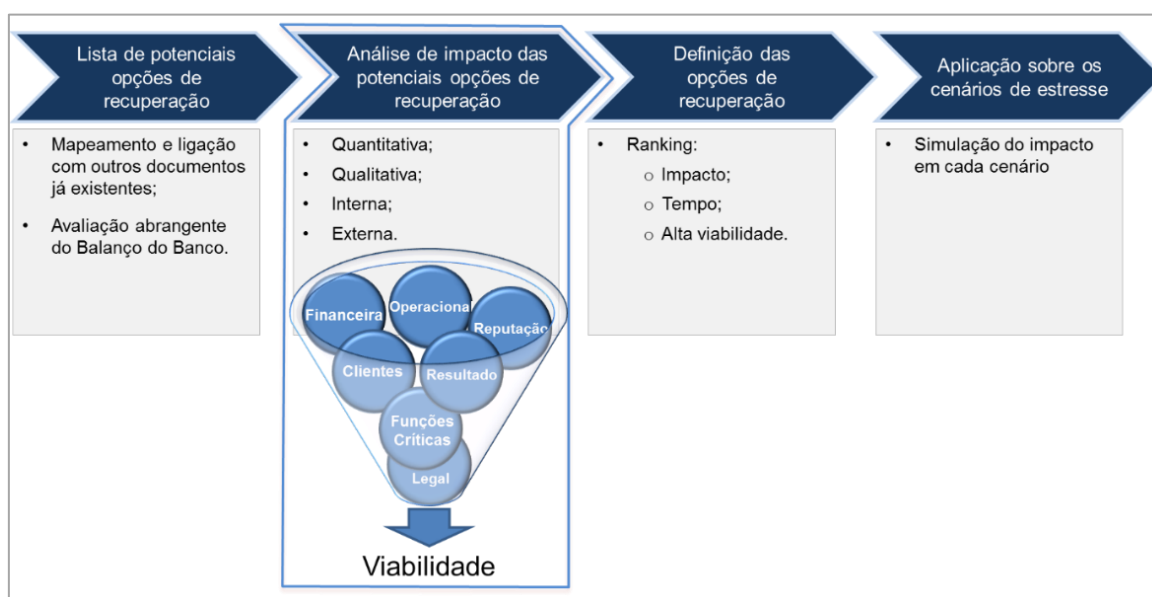


Figura 5 – Processo de definição das Estratégias de Recuperação e de Resolução

Outras potenciais Estratégias de Recuperação foram identificadas por meio de avaliação abrangente do Balanço do Banco, de estudos dos requisitos regulatórios internacionais e das melhores práticas da indústria.

Cada potencial Estratégia de Recuperação foi analisada pelos aspectos quantitativos e qualitativos, sendo considerados os efeitos financeiros no resultado, no capital e na liquidez do Banco com a implementação de cada opção de recuperação, sempre levando-se em conta os ambientes interno e externo.

Essas análises contribuíram com a identificação de eventuais barreiras à eficácia das Estratégias de Recuperação e os riscos associados à sua execução, bem como na avaliação conclusiva da viabilidade de implementação.

Foi identificado um conjunto de Estratégias de Recuperação e de Resolução com o objetivo de restabelecer a condição do Banco em diferentes tipos de situações, originárias de eventos sistêmicos ou idiossincráticos, que poderiam levar a graves impactos no capital e na liquidez, bem como no desempenho do Banco, podendo levar a Instituição à insolvência.

A eficácia das estratégias depende das condições do mercado e do sistema financeiro, ao tempo que outras dependem da discricionariedade do Banco para sua implementação.

Aplicação das Estratégias de Recuperação sob Cenários de Estresse

O objetivo da aplicação das estratégias de recuperação sob os cenários de estresse desenvolvidos é avaliar a factibilidade e a análise do impacto individual e conjunto de mais de uma estratégia, visando restaurar a viabilidade da Instituição. As sugestões para cada cenário de estresse consideraram a relevância do impacto que a estratégia produziria na liquidez ou no capital e, a priorização, ou seja, se naquele cenário específico produziria os efeitos esperados, considerando o prazo (curto, médio, longo) e o seu valor (apetite do mercado).

6. Conclusão

Com a publicação das Resolução CMN nº 5.187/2024 e BCB nº 440/2024, as habilidades e capacidades do Banco do Brasil para enfrentamento de situações adversas e críticas, materializadas nos diversos planos de contingência e de continuidade de negócios existentes, passaram por aprimoramentos.

Estes aprimoramentos fortalecem a solidez financeira, operacional e estrutural do Banco, ao proporcionar aderência às orientações regulatórias e apoiar a efetiva execução do Plano de Recuperação e Saída Organizada. Como resultado, há aprofundamento da cultura de gestão de risco, já amplamente difundida pela companhia.

O Banco do Brasil tem consciência do papel que desempenha e de sua representatividade no Sistema Financeiro Nacional (SFN) e, por esta razão, o Plano de Recuperação e Saída Organizada BB expressa o comprometimento da Alta Administração da Companhia, bem como de seus colaboradores, com o gerenciamento dos riscos inerentes às suas atividades.

O Plano de Recuperação e Saída Organizada do BB é fruto dos melhores esforços do Banco, conjugados à aplicação de sua experiência pregressa na elaboração de planos de enfrentamento de crises e das melhores práticas de mercado. Consequentemente, o Banco considera que as estratégias de recuperação desenvolvidas para o plano são factíveis e viáveis. Isso demonstra que, no caso de algum evento de estresse, o Banco estaria preparado para um processo de recuperação tempestivo e ordenado, com o mínimo de impacto no Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Este entendimento fundamenta-se nos resultados das simulações realizadas em relação à aplicação das Estratégias de Recuperação em cenário de estresse. Em cada um destes cenários, seja de estresse sistêmico ou idiossincrático, o conjunto de Estratégias de Recuperação mostrou-se capaz de, tempestivamente, trazer o Banco à situação de normalidade.

Não obstante os resultados positivos destas simulações, ao reconhecer os desafios de se antecipar às circunstâncias precisas nas quais o Banco do Brasil poderia chegar ao ponto de *quase-default*, optou-se por conferir maior grau de flexibilidade ao Plano de Recuperação e Saída Organizada. Desta forma, à medida que as condições reais se afastem daquelas predeterminadas, ações são tomadas para manter a viabilidade e a eficácia das diversas estratégias de recuperação.

Os mecanismos de governança incorporados ao Plano de Recuperação e Saída Organizada do BB e as medidas tomadas para abordar, de forma abrangente, as disposições da Resolução CMN nº 5.187/2024 e BCB nº 440/2024 reforçam a crença de que o Plano pode ser executado com sucesso e que o Banco do Brasil pode se recuperar de uma crise de forma

ordenada e tempestiva, sem prejudicar o Sistema Financeiro nem demandar recursos públicos adicionais.

Ressalta-se, por fim, que o presente material tratou da seção pública do Plano de Recuperação e Saída Organizada do Banco do Brasil, em observação ao disposto no Art. 22 da Resolução CMN nº 5.187/2024.

7. Referências Bibliográficas

Banco Central do Brasil (Bacen).

- _____. Resolução CMN nº. 5.187, de 28/11/2024.
- _____. Resolução BCB nº. 440, de 28/11/2024.
- _____. Resolução CMN nº. 4.557, de 23/02/2017.
- _____. Resolução CMN nº. 4.019, de 29/09/2011.

Banco do Brasil (BB).

- _____. Relatório da Administração 4T24.
- _____. Análise do Desempenho 4T24.

Bank for International Settlements (BIS). *Working Papers* nº. 421. *Evaluating early warning indicators of banking crises: Satisfying policy requirements*. Agosto de 2013.

_____. *A Sound Capital Planning Process: Fundamental Elements*. Janeiro de 2014.

European Banking Authority (EBA). *Banking, Debt and Currency Crises. Early Warning Indicators for Developed Countries. WORKING PAPER SERIES*. Outubro de 2012.

_____. *Recommendation on the development of recovery plans*. EBA/REC/2013/02. Janeiro de 2013.

_____. *Final report: Guidelines on the minimum list of qualitative and quantitative recovery plan indicators*. EBA-GL-2015-02. Maio de 2015.

_____. *Recovery Planning: Comparative Report on the approach taken on recovery plan scenarios*. Dezembro de 2015.

_____. *Recovery Planning: Comparative Report on Governance Arrangements and Recovery Indicators*. Julho 2016.

_____. *Report on the Convergence of Supervisory Practices*. Julho 2016.

_____. *Recovery Planning: Comparative Report on Recovery Indicators*. Março 2017.

Financial Stability Board (FSB). *Recovery and Resolution Planning: Making the Key Attributes Requirements Operational - Consultative Document*. Novembro 2012.

_____. *Key Attributes of Effective Resolution Regimes for Financial Institutions*. Outubro 2014.

República Federativa do Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- _____. Lei nº. 4.595, de 31/12/1964.
 - _____. Lei nº. 6.404, de 15/12/1976.
 - _____. Decreto-Lei nº. 5.452, de 01/05/1943.
 - _____. Lei 13.467, de 13/07/2017.
-